

# Prefácio

**Celso João Ferretti**

No momento em que se reacende e se intensifica entre nós o debate sobre as relações entre trabalho e educação, estimulado pela transformação da ciência em força produtiva, pelo progresso técnico acelerado, pelo processo político-econômico de globalização do mercado e pela postulação deste como mecanismo central de regulação das relações sociais, é auspicioso verificar o empenho da **Revista PERSPECTIVA** em participar desse debate, dedicando à temática em pauta um número especial.

A iniciativa é, no meu entender, merecedora de aplauso por duas razões. A primeira, e mais óbvia, é que a ampliação do debate e a diversidade de enfoques, ainda que restritos à área educacional, ajudam a trilhar o difícil caminho que se tem a percorrer a fim de que encontremos respostas para os desafios postos pelo momento presente. A segunda refere-se à constatação de que colaboram para esta coletânea não só pesquisadores e professores, mas também alunos de cursos de pós-graduação. Isto significa que as polêmicas sobre os rumos que deve tomar a educação nacional estão sensibilizando um espectro mais amplo de pessoas e que alguns desses cursos estão realizando esforços sistemáticos no sentido de produzir conhecimento sobre a questão.

Parece-me que os textos que compõem esta coletânea podem ser divididos em dois grupos, não excludentes, mas, sim, complementares. O primeiro deles é constituído pelos trabalhos de Maria de Lourdes L. Trevisani e de Maria Terezinha B. Galuch/Marta Sueli

de F. Sformi e se centra basicamente sobre a escola e sobre teorias e práticas educacionais, estabelecendo relações entre estas e o contexto social onde são produzidas. O segundo grupo aglutina os textos de Zélia Leonel, Marco Silva, Claudia Abreu, Gaudêncio Frigotto e Fernando Casadei Salles e Lucídio Bianchetti/Isilda Campaner Palangana. Tratam estes trabalhos, com maior ou menor ênfase, da relação entre a educação e as transformações econômico-político-sociais anteriormente referidas.

O trabalho de Trevisani se propõe discutir as relações entre teorias educacionais consideradas *tradicionais* e *novas* e o contexto histórico social onde são produzidas, guiado pela hipótese de que, se uma teoria educacional é capaz de oferecer respostas adequadas às questões de seu tempo, na área específica, então ela cumpre seu papel. Para isso a autora enceta uma discussão a respeito das teorias elaboradas por Comênio e Herbart, de um lado, e por Claparède e Dewey, de outro. A autora irá concluir que Comênio e Herbart tendem a privilegiar, em sua época, o ensino dos conteúdos porque o domínio de novos conhecimentos científicos era necessário para o desenvolvimento da sociedade capitalista de seu tempo, desenvolvimento este assumido como necessário e desejável. A escola estaria, assim, desempenhando um papel consistente com as necessidades do período. No caso de Claparède e Dewey, segundo a autora, “a atenção se volta para quem aprende e é naturalizado o conteúdo que se ensina: valores, atividades e até habilidades, plenamente dispensáveis, são privilegiados sem nenhum questionamento sobre sua adequação à prática social... com isso prioriza-se o sujeito, a partir de sua ação sem explicitar o que o move”. Trata-se, como se pode perceber, de uma tese polêmica que motivará muitas discussões.

Em *O Ateneu: a escola da sociedade*, Galuch e Sformi, através da discussão do romance de Pompéia, questionam aqueles que, aparentemente desconsiderando ou minimizando as relações entre a intuição escolar e a sociedade de classes em que esta se insere, supõem que a mesma goza de um nível de autonomia tal que lhe permita o desenvolvimento de propostas educacionais capazes de dar conta dos antagonismos presentes nessa mesma sociedade. Isto, nos dizem as autoras, não significa, entretanto, “a retomada das teorias

crítico-reprodutivistas, mas a necessária ponderação diante de uma crescente perspectiva que tem atribuído ao aluno e à escola a autonomia para modificar sua própria situação e, conseqüentemente, o quadro de problemas no qual estão inseridos”.

O que instiga Leonel em seu artigo é o exame das posturas assumidas pelas classes trabalhadoras frente às transformações atuais. Reportando-se às afirmações de Marx de que, para cumprir seu papel histórico, o proletariado deveria abandonar as ilusões burguesas, a autora se pergunta “por que, decorridos um século e meio [das contribuições de O Capital], os partidos ‘revolucionários’ não abandonaram suas ilusões”. No seu entender, a resposta a esta questão não pode ser obtida tentando-se atualizar Marx mas, sim, tentando encontrar, em nossa época, sua atualidade.

Trabalhando sobre essa hipótese, a autora afirma que uma possível explicação para o problema proposto estaria no caráter contra-revolucionário da organização produtiva de nossa época, “quando o homem deixa de ser força de trabalho subordinada ao capital e criam-se formas de trabalho atrasadas para a reprodução de sua própria subsistência e que se convencionou chamar de economia informal ou subterrânea”, formas essas que oferecem a “materialidade necessária à produção de uma consciência pequeno-burguesa”...

Frigotto está, de certa forma, envolvido com uma questão que se coloca na mesma ordem de preocupações de Leonel, ou seja, a materialidade que o trabalho assume nas sociedades atuais. Mas sua análise é motivada por um enfoque diverso, pautado na discussão da centralidade ou não do trabalho na estruturação da vida produtiva e social nessas sociedades. Depois de tecer críticas a alguns enfoques sobre o tema, realizados por diferentes tendências e autores, Frigotto afiança que, no exame desse tipo de problema, é necessário “distinguirmos as mudanças orgânicas, que conduzem à ruptura das relações sociais, das mudanças que, embora alterem profundamente essas relações, não mudam sua natureza”. Elaborando nessa direção, Frigotto, após o exame de uma série de questões, conclui pela afirmação da tese da centralidade do trabalho para a compreensão do

ser humano em sua historicidade, na medida em que é pelo trabalho que a espécie humana se produz. Segundo o autor, as dificuldades que encontramos para definir o trabalho, as relações capital/trabalho e as classes sociais nas sociedades contemporâneas não significa que estas sumiram de cena. Apenas mudaram de forma e de expressão.

Salles desenvolve a crítica à concepção de que o progresso técnico significa sempre um valor positivo para a sociedade. A falácia dessa concepção reside, segundo o autor, no pressuposto de que o desenvolvimento da sociedade deriva predominantemente, ou exclusivamente, do progresso técnico. Seu ponto de vista é o de que a valorização positiva do progresso técnico pode inibir a apreciação crítica de suas possibilidades negativas. Em defesa de sua tese, o autor argumenta que, embora não se deva desconsiderar as inestimáveis contribuições do progresso técnico para o desenvolvimento de sociedades como a brasileira, é necessário observar que, para sua incorporação surtir efeitos positivos, e, ao mesmo tempo, prevenir distorções, há que se criar "determinadas condições culturais", o que implica, antes de tudo, definir quais são as reais necessidades desses países em termos educacionais e culturais. É no bojo desses argumentos que o autor tece considerações a respeito dos perigos que podem decorrer da assimilação acrítica das proposições de CEPAL/OREALC para os países da América Latina e Caribe, na área educacional.

Em seu texto, Marco Silva faz a crítica dos que propõem a educação para a modernidade. Submetida ao pós-moderno, ela perde a capacidade de exercer sua finalidade principal, que é a de conduzir as novas gerações à emancipação, porque se torna mercadoria, engolfada pela mídia e se fazendo por ela, ao sabor do pontual, do episódico, do imediatamente consumível e descartável. Diante desse quadro, a saída vislumbrada pelo autor é a interação comunicativa, porque nesta está o aprimoramento da noção moderna de emancipação.

Cláudia Abreu envereda pelo exame das qualificações no quadro de um processo produtivo questionado e em transformação em função da adoção de novas técnicas organizacionais e da introdução de novas tecnologias. Ao fazê-lo, constata, de um lado, a heteroge-

neidade de respostas oferecidas por diferentes contextos e, de outro, que as teses da desqualificação extrema, assim como a da superqualificação, não constituem respostas únicas ou definitivas para as questões postas à preparação da força de trabalho frente às transformações produtivas.

Finalmente, Bianchetti e Palangana se propõem discutir o processo de apropriação/expropriação do saber dos trabalhadores. Tomando como referência inicial a organização do trabalho no início da manufatura, percorrem o longo processo histórico através do qual paulatinamente o trabalhador vai sendo despojado de seus saberes em benefício do capital, que dele se apropria. Os autores defendem, no trabalho, a tese de que esse processo de expropriação/apropriação é fundamental ao capital não só para garantir a produtividade, mas, também, para exercer o controle sobre a força de trabalho. Frente a tais circunstâncias, defendem, também, que à educação cabe – valendo-se das contradições da própria forma de produção capitalista que demanda hoje, para seu próprio desenvolvimento, uma força de trabalho mais educada – contribuir para que os trabalhadores desenvolvam um conhecimento de nível superior que se situe além do domínio das capacidades técnicas. Para eles não cabe negar o progresso técnico, ou desenvolver um processo de resistência aos novos desenvolvimentos capitalistas. Politicamente mais acertado, afirmam, acompanhando Frigotto, é “disputar concretamente o controle hegemônico dessas conquistas sociais no sentido de trazê-las para o plano da esfera pública, buscando potencializar a satisfação das necessidades humanas”.

Como se pode notar, são contribuições que abordam variados enfoques a partir da ampla temática das relações entre a educação e a sociedade onde esta se processa e, mais especificamente, das relações entre o sistema produtivo e a educação formal, no mesmo quadro de referência. Esta variedade de abordagens, trabalhada em diferentes níveis de aprofundamento reflexivo e/ou teórico, é reveladora, a meu ver, não só da multiplicidade de aspectos que devem merecer atenção nas discussões sobre as atuais relações entre a

educação e o trabalho como, também, do fato de que as questões suscitadas por alguns desses aspectos estão instigando alunos de cursos de pós-graduação e pesquisadores já experimentados. Algo muito positivo e encorajador, num momento em que tanto estamos carecendo de estudos que se debruçam sobre esta particular faceta da vida nacional. Esperemos que as reflexões que aqui se apresentam estimulem outros pesquisadores e alunos a desenvolverem estudos de caráter empírico sobre a temática, permitindo não só seu aprofundamento mas, também, a apreensão de suas nuances.

**Celso João Ferretti**  
Pesquisador na Fundação Carlos Chagas.  
Professor no Mestrado e Doutorado em  
História e Filosofia da Educação da PUC/SP.